



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

10º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO/RJ, com competência em matéria cível.

Juiz Federal Titular: Dr. Marcus Lívio Gomes, o qual se encontra convocado como Juiz Auxiliar no TSE desde 26 de novembro de 2015, tendo sido convocado, anteriormente, pelo STF, de 13 de setembro de 2012 a 18 de novembro de 2015.

Juiz Federal Substituto: Dr. Marcel da Silva Augusto Correa, no exercício da titularidade desde 14 de maio de 2015.

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 15 até 19 de fevereiro de 2016, a correição ordinária eletrônica do 10º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Atentar para o cumprimento da Meta 1/2015 do CNJ, de julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;
3. Regularizar a juntada de documentos pendentes;
4. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido;
5. Regularizar os processos suspensos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6. Buscar o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro do movimento de conclusão para sentença, de modo a evitar que as sentenças sejam classificadas como 'vazias';
7. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 396 processos com tal fase não informada.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme Ofício n.º 518/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 18/01/2016, e Portaria PR-RJ n.º 58, de 15/01/2016, a Procuradora da República Dra. Aline Mancino da Luz Caixeta foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 282-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 14/12/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Divisão dos processos: Não existe divisão de processos, pois o Juiz Federal Titular deste Juizado encontra-se convocado no TSE.

. Titular: Dr. Marcus Lívio Gomes, o qual se encontra convocado como Juiz Auxiliar no TSE desde 26 de novembro de 2015, tendo sido convocado, anteriormente, pelo STF, de 13 de setembro de 2012 a 18 de novembro de 2015.

. Substituto: Dr. Marcel da Silva Augusto Correa, no exercício da titularidade desde 14 de maio de 2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 11

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 05

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Janeiro/2015	Correição fevereiro/2016
--------------------	---------------------------	-----------------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total	3.217	3.191
Suspensos	1.233	1.502
Tramitação ajustada	1.984	1.689

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2015 e Mapas - Movimentação Processual do Juizado Especial Federal, constante do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de fevereiro de 2016.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/02/2015 até 31/01/2016):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	7.992	59,12	4
Decisão	2.465	18,23	7
Sentença	3.062	22,65	28
Total Geral	13.519	100,00	10

Mapas: Planilha Apolo Excel – Intimados. Período de 01/02/2015 a 31/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: Apesar da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos os dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

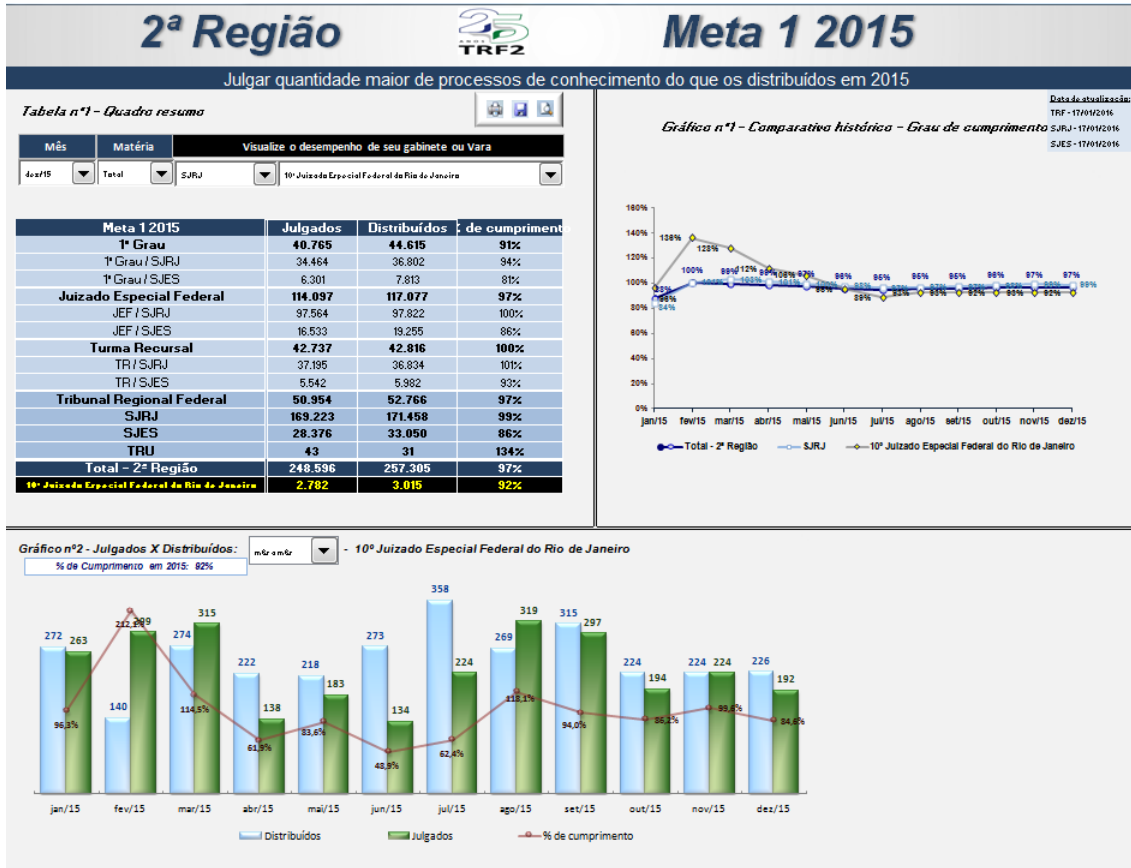
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 11/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 92%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 11/02/2016.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 11/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 100%**, não havendo processos pendentes de julgamento, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região **Meta 2 2015**
Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

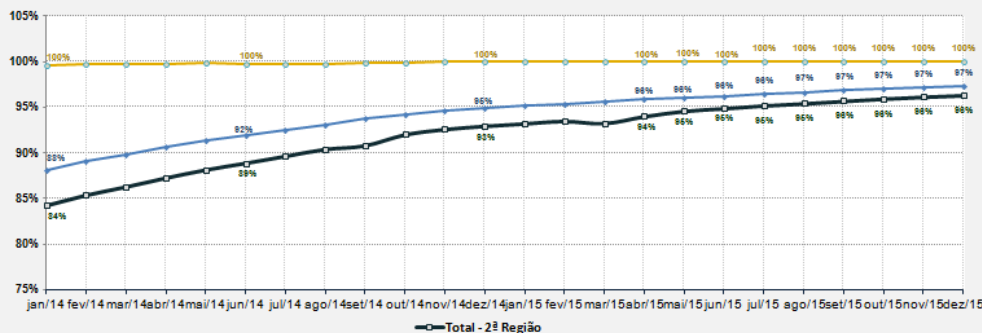
Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara		Data de atualização:
dez/15	100%	SJRJ	10º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	TRF - 31/12/2015 SJRJ - 31/12/2015 SJES - 31/12/2015

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.268	66.183	3.735	69.918	4.350	94%
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%
Juizado Especial Federal	96.366	93.980	1.832	95.812	554	99%
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	133	23.692	7	100%
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%
Total - 2ª Região	209.710	193.944	8.068	202.012	7.698	96%
10º Juizado Especial Federal do Rio de	2.057	2.057	0	2.057	0	100%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:



Gráfico nº 1 - Comparativo histórico - % de Julgados



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 11/02/2016.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

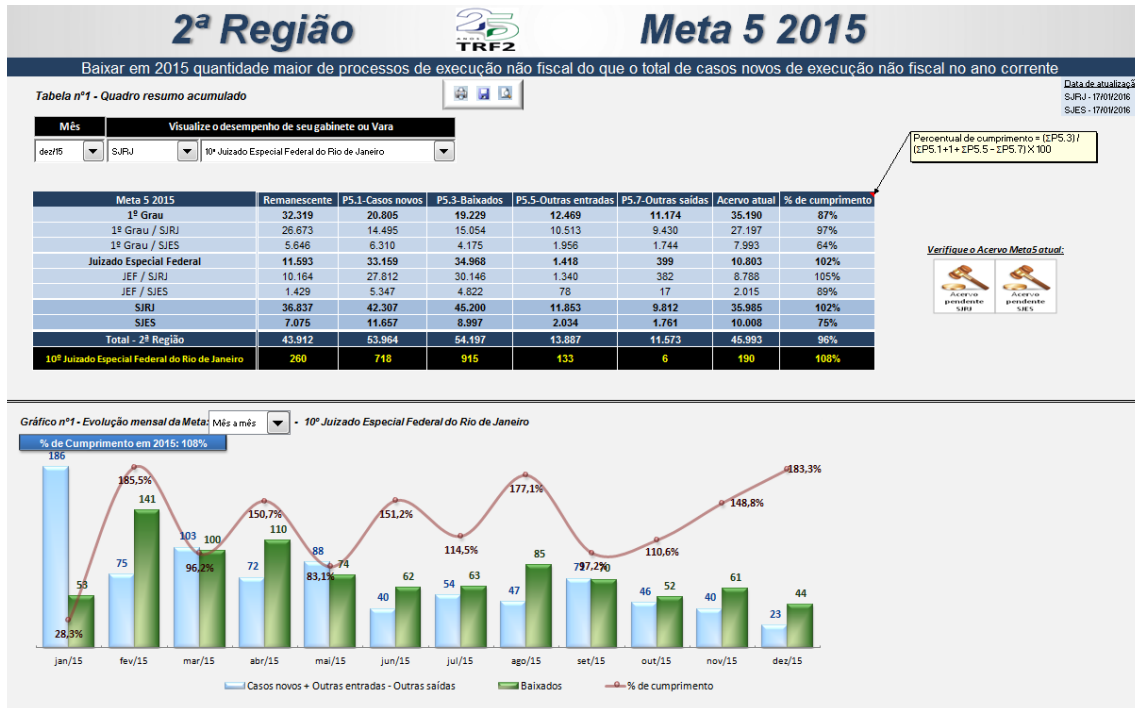
V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 11/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 108%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

**→ AUDIÊNCIAS (DE 01/02/2015 A 31/01/2016)
(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 392 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira em 02/02/2015 e a última em 18/11/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

**1. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)**

Analizados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, foram encontrados os seguintes locais virtuais para as iniciais, entre outros:

- . INICIAIS CEF: 03 documentos, sendo o mais antigo de 16/02/2016;
- . INICIAIS GRATIFICAÇÕES: 01 documento, com data de entrada em 16/02/2016;
- . INICIAIS MILITARES: sem documentos;
- . INICIAIS SERVIDORES: 01 documento, com data de entrada em 17/02/2016;
- . INICIAIS TRIBUTARIO: 01 documento, com data de entrada em 17/02/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 17/02/2016, às 15h42min.

2. BALCÃO DE ENTRADA

19 documentos, sendo o mais antigo de 15/02/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 17/02/2016, às 15h44min.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Questionário Pré-Correição:

"Inicialmente observa-se a distribuição foi realizada por sorteio ou por dependência. Processos distribuídos por dependência são analisados a fim de verificar a existência litispendência ou coisa julgada. Inexistindo causas que justifiquem a distribuição por dependência, são remetidos para redistribuição livre.

A apreciação inicial dos autos concentra-se no exame da documentação essencial, a fim de observar competência do Juizado: natureza do pedido, benefício patrimonial pretendido e residência do autor. Também é verificada a existência dos documentos imprescindíveis à propositura da ação, como instrumento de mandato (procuração) devidamente assinado e atualizado.

Os processos com pedido de tutela antecipada são analisados com prioridade, a fim de que seja integralmente analisado no prazo máximo de 15 dias.

No momento da análise do pedido inicial, verifica-se a necessidade de audiência de conciliação entre as partes do litígio."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correção, item 3.10.1.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO:

(Arts. 227 da CNCR)

Posição em	11/02/2016
Conclusão até	11/02/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	13	46,43
Decisão	1	3,57
Sentença	14	50,00
Total Geral	28	100,00

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

- 00302885420104025151: trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela, autuada em 16/08/2010. Último movimento: juntada, em 29/01/2016. **Concluso para despacho desde 08/01/2016.**
- 00415734420104025151: trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, autuada em 09/11/2010. Último movimento: juntada, em 14/01/2016. **Concluso para despacho desde 08/01/2016.**
- 01076688020154025151: trata-se de ação sumária de responsabilidade civil, autuada em 31/08/2015. **Último movimento: conclusão para decisão em 02/12/2015.**
- 00174780820144025151: trata-se de ação de obrigação de fazer c/c cobrança de gratificação de qualificação, autuada em 17/10/2014. **Último movimento: conclusão para sentença em 26/05/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00108388620144025151: trata-se de ação de obrigação de fazer c/c danos materiais e morais com pedido de tutela antecipada, autuada em 02/06/2014. Último movimento: juntada, em 14/07/2015. **Concluso para sentença desde 13/07/2015.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição até 18/02/2016.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	18/02/2016	
Último Movimento até	17/02/2016	
Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	4	100,00
Mais de 60	0	0,00
Total Geral	4	100,00

- 00086302220134025101 - trata-se de ação inominada, distribuída em 22/03/2013, na qual o último despacho que ocorreu foi para intimar a parte autora a adequar o valor da causa, sob pena de extinção do feito, em 18/01/2016. **Processo parado, desde então.**
- 00593133920154025151– trata-se de ação em face da CEF, distribuída em 10/06/2015, na qual o autor é portador de HIV e objetiva receber o FGTS a que tem direito. Juntada, em 18/01/2016. **Processo parado, desde então.**
- 00712938020154025151 – trata-se de ação de revisão de pensão de servidor público federal, distribuída em 02/07/2015. Juntada de petição comprovando que a União Federal encaminhou ofício ao órgão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

administrativo competente (Marinha) para cumprimento de ordem judicial, em 18/01/2016. **Processo parado, desde então.**

- 01152130720154025151 – trata-se de ação civil com pedido de tutela antecipada para fazer uso de medicamento indispensável para sobrevivência da autora, distribuída em 11/09/2015. Tutela deferida em 01/10/2015. Certidão em 22/01/2016 informando que a DPU e a PGERJ foram intimadas para responder ao recurso inominado interposto pela União Federal. Último movimento: juntada, em 18/01/2016. **Processo parado, desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18/02/2016.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)

Aguardando juntada, em 11/02/2016, 18 documentos, sendo o mais antigo de fevereiro de 2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 11/02/2016.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais virtuais de controle de prazo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- . PRAZOS DANO MORAL /BANCOS/OUTROS: 108 documentos, sendo o mais antigo de 19/01/2016;
- . PRAZOS MEDICAMENTOS/SAÚDE: 71 documentos, sendo o mais antigo de 16/11/2015;
- . PRAZOS SERVIDOR PÚBLICO /TRIBUTÁRIO: 99 documentos, sendo o mais antigo de 18/01/2016;
- . CUMP. SENT.- SERV./TRIB.- PRAZO: 115 documentos, sendo o mais antigo de 19/01/2016;
- . PRAZOS DANO MORAL /BANCOS/OUTROS: 108 documentos, sendo o mais antigo de 19/01/2016.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 17/02/2016, às 16h 03 min.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foram verificados os seguintes locais virtuais, entre outros:

- . PASTA DE OFÍCIOS EXPEDIDOS: 12 documentos, sendo o mais antigo de 16/03/2011;
- . AG. DEVOLUÇÃO de EXPEDIENTES: 16 documentos, sendo o mais antigo de 22/01/2016;
- . PASTA DE PORTARIAS EXPEDIDAS: 01 documento, datado de 11/12/2011;

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 17/02/2016, às 16h 10 min..



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)**

Posição em	11/02/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	1
Total Geral	1

Foi analisado o seguinte processo:

01364381020134025101: Regular a informação no sistema Apolo (possui documentos sigilosos).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 18/02/2016.

**10. PUBLICAÇÕES
(Art. 181 da CNCR).**

Total Geral de Boletins Gerados	Período	02/2015 a 01/2016
	Processos	8.155
	Boletins	102
	Média (Proc. / Bol.)	79,95
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,71



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 11/02/2016.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **911** processos com prazo vencido, sendo os mais antigos os abaixo discriminados:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0145979-14.2013.4.02.5151	CEF	27/02/2014	11/03/2014	708
0102673-58.2014.4.02.5151	CEF	27/02/2014	11/03/2014	708
0033212-86.2013.4.02.5101	CEF	27/02/2014	11/03/2014	708
0104282-76.2014.4.02.5151	CEF	27/02/2014	11/03/2014	708
0101627-34.2014.4.02.5151	CEF	27/02/2014	11/03/2014	708

Fonte: Mapa – Apolo – Secretaria – Estatística de processos remetidos, extraído em 17/02/2016, vencidos e não devolvidos até 16/02/2016.

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

a) Total de processos suspensos, em 11/02/2016: 1.583

b) Motivo da suspensão:

-Aguardando decisão de instância superior: 1.496

- Outros - Fase Conhecimento: 87

c) Análise dos processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar, foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

-Aguardando decisão de instância superior:

00022586720144025151
00023513020144025151
00023946420144025151
00024820520144025151
00025999320144025151
00026951120144025151
00027141720144025151
00027809420144025151
00027939320144025151
00043740720114025101
00267652920134025151
00282860920134025151
00291261920134025151
00324553920134025151
00332128620134025101
00218725820144025151
00080238220154025151
00054096020154025101
00224334820154025151
00518634520154025151
00513126520154025151
00767092920154025151
00755773420154025151
00757519620154025101
01215255220154025101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Outros - Fase Conhecimento:

01392571720134025101

00842706020154025101

01426164820154025151

01446421920154025151

01453238620154025151

Observações sobre a suspensão dos processos:

00260796620154025151: o motivo correto para a suspensão deveria ser “aguardando decisão de instância superior”.

00491396820154025151: o motivo correto para a suspensão deveria ser “aguardando decisão de instância superior”.

00492739520154025151: o motivo correto para a suspensão deveria ser “aguardando decisão de instância superior”.

00500074620154025151: o motivo correto para a suspensão deveria ser “aguardando decisão de instância superior”.

00036625620144025151: o motivo correto para a suspensão deveria ser “aguardando decisão de instância superior”.

00437596420154025151: o motivo correto para a suspensão deveria ser “aguardando decisão de instância superior”.

01415520320154025151: o motivo correto para a suspensão deveria ser “aguardando decisão de instância superior”.

01418300420154025151: o motivo correto para a suspensão deveria ser “aguardando decisão de instância superior”.

01174584420154025101: não há, s.m.j., decisão determinando a suspensão.

01573612320144025101: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista, s.m.j., o prazo de suspensão ter se encerrado no mês de janeiro de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 11/02/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 15/02/2016.**

13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 3.062

- a. Com resolução do mérito:
 - i. i. Embargos de declaração acolhidos: 02
 - ii. Embargos de declaração acolhidos em parte: 01
 - iii. Homologada a transação: 22
 - iv. Julgado improcedente o pedido: 29
 - v. Julgado procedente em parte: 19
 - vi. Julgado procedente o pedido: 37

- b. Convertidas em diligência: 164
- c. Convertido o julgamento em diligência: 22
- d. Determina intimação: 01

- e. Embargos de declaração:
 - i. acolhidos: 33
 - ii. acolhidos em parte: 06
 - iii. não conhecidos: 02
 - iv. rejeitados: 64

- f. Extinção da punibilidade – desistência: 03

- g. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 601
 - ii. Pedido improcedente: 338
 - iii. Pedido improcedente – dispensada citação: 104
 - iv. Pedido procedente: 421



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- v. Procedente em parte: 380
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 10
 - vii. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 02
 - viii. Procedente com tutela deferida: 03
 - ix. Procedente em parte com tutela deferida: 14
- h. Sem resolução de mérito: 589
- i. Desistência da ação: 19
 - ii. Extinto o processo por desistência: 03
 - iii. Extinto o processo por preempção, litispendência ou coisa julgada: 01
 - iv. Indeferida a petição inicial: 05
 - v. Indeferimento de petição inicial: 56
- i. **Vazias: 111**

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0183480-65.2014.4.02.5151



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0185114-96.2014.4.02.5151
0183873-87.2014.4.02.5151
0184186-48.2014.4.02.5151
0184628-14.2014.4.02.5151

1. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0145892-24.2014.4.02.5151
0138540-78.2015.4.02.5151
0140287-63.2015.4.02.5151
0140577-78.2015.4.02.5151
0140650-84.2014.4.02.5151

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0023797-55.2015.4.02.5151
0026827-98.2015.4.02.5151
0024740-72.2015.4.02.5151
0025488-07.2015.4.02.5151
0025667-38.2015.4.02.5151

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0501865-51.2015.4.02.5151
0502010-10.2015.4.02.5151
0502054-29.2015.4.02.5151
0501193-43.2015.4.02.5151



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0501014-12.2015.4.02.5151

4. Vazias:

00322882220134025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 12 de novembro de 2014.

00053245520144025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 04 de novembro de 2014.

01514792720144025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 12 de novembro de 2014.

01620661120144025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 26 de fevereiro de 2015.

01589794720144025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 16 de dezembro de 2014.

01216292520144025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 24 de janeiro de 2015.

00082111220144025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 10 de fevereiro de 2015.

01474840620144025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 09 de fevereiro de 2015.

01546655820144025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 09 de fevereiro de 2015.

01627547020144025151: campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 03 de fevereiro de 2015.

Fonte: Mapas - Planilha Apolo Excel – Intimados, Apolo – Secretaria – Relatórios – Estatística de sentenças e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 17/02/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

"Relativamente aos feitos com prioridade legal, este Juízo prioriza os processos de idosos (idade igual ou superior a 60 anos) e portadores de doença grave, além dos processos cujo objeto refere-se às chamadas "tutelas de saúde", cadastrando identificadores eletrônico em cada processo, designando servidores responsáveis pelo processamento e controle dos processos de "tutela saúde".

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.2.

16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição:

"Os feitos são organizados em mesas virtuais por grupos de matérias, sendo acompanhados pelos respectivos servidores lotados no apoio ao gabinete, havendo, ainda, o controle através de relatórios estatísticos feito mensalmente pela Oficial de Gabinete."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.4.

17. EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	396	396
	Total		396	396



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 11/02/2016.

**18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 31/01/2015 a 31/01/2016).
(Art. 217, II, da CNCR)**

- a. Total de requisições: 1.074
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 187 dias.

- RPV's:

. Cadastrados: 131

. Enviados: 923

- Precatórios (Parcela única):

. Cadastrados: 2

. Enviados: 18

- Precatórios Parcelados: Não há

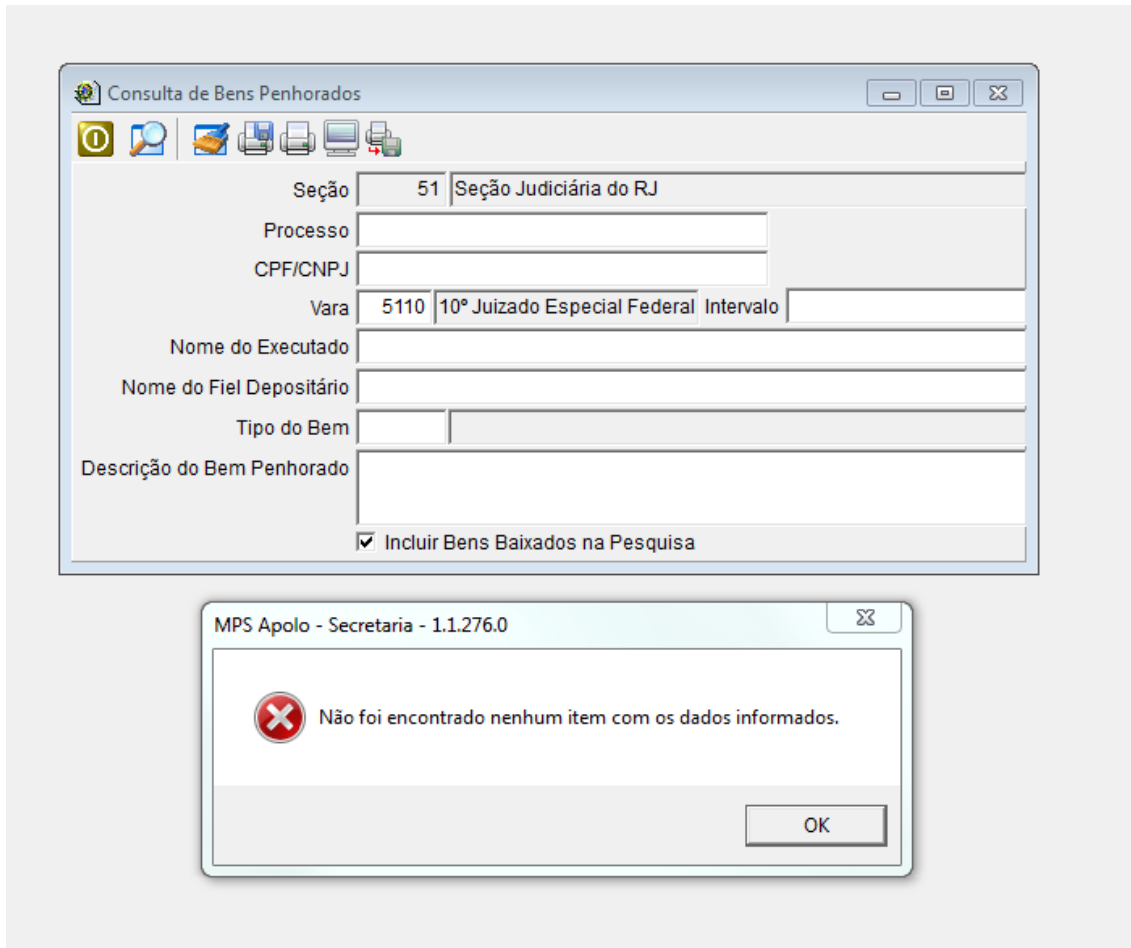
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 11/02/2016

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não existem dados para impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens penhorados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



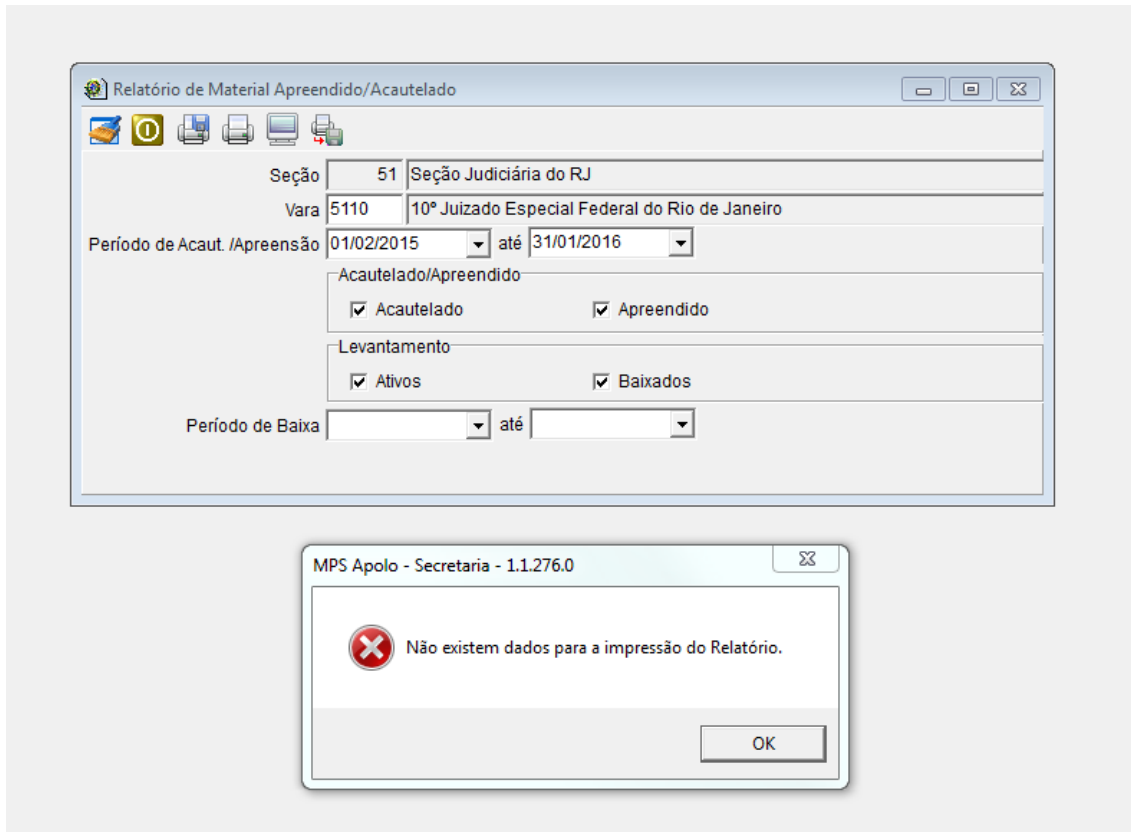
Fonte: Apolo – Secretaria – Consultas – Bens penhorados.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não existem dados para impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens acautelados/apreendidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Livro de Ponto dos servidores com anotações atualizadas e regulares. Todo acervo processual deste Juizado tramita de forma eletrônica, não demandando utilização de pastas para arquivamento de quaisquer remessas ou expedientes.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ESPAÇO FÍSICO

Conforme questionário pré-correição, as instalações físicas do setor atendem perfeitamente as necessidades do juízo correicionado.

Fonte: Questionário pré-correição, item 4.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

"Metas de curto prazo (3 meses): reduzir o tempo de conclusão para sentença para 120 dias.

Metas de médio prazo (6 meses): reduzir o tempo de conclusão para sentença para 90 dias;

Metas de longo prazo (1 ano): julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos."

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Ini Martha da Silva, Mat. n.º 11.953

Isabelle Habib Oliveira, Mat. n.º 11.750